

vivem insegurança alimentar, diz Sá

Perfil



FOTOS: LUIZA PRADO/JC

Juliano Ferreira de Sá nasceu em Ijuí em 20 de janeiro de 1979. Estudou na cidade natal. Em 1997, iniciou a militância na Pastoral da Juventude, grupo de jovens ligado à Igreja Católica. No mesmo ano, filiou-se ao PT. A partir da militância nos grupos da juventude católica, conheceu outras organizações ligadas à alimentação saudável e à segurança alimentar, como o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra (MST) e a Ação da Cidadania, entidade dedicada ao combate à fome, criado pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho. No final dos anos 1990, mudou-se

para Porto Alegre, em busca de oportunidades de emprego e estudo. Entre 2010 e 2013, graduou-se em Gestão Ambiental na Ufrgs. Em 2015, passou a trabalhar na assessoria do deputado estadual Edegar Pretto (PT). Entre 2017 e 2019, concluiu o mestrado em Desenvolvimento Rural na mesma universidade. Desde 2019, preside o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) do RS, tendo sido eleito presidente duas vezes. Faz parte do Fórum Gaúcho de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos, que agrega membros de diversas instituições envolvidas com o tema.

lá para cá, o que nos trouxe a esse retrocesso? O desmonte das políticas públicas foi central. Isso iniciou em 2016, quando ocorreu o golpe contra a ex-presidente Dilma Rousseff (PT, 2010-2016). E eu digo golpe, porque a própria Justiça reconheceu que ela foi tirada injustamente (o Tribunal Regional Federal da 2ª Região extinguiu por unanimidade a ação que pedia que Dilma ressarcisse os cofres públicos pelas pedaladas fiscais, por não haver comprovação de prejuízo ao erário). Ainda em 2016, foi aprovada (no Congresso Nacional) a PEC que congelou por 20 anos os gastos e os investimentos públicos. Depois dessa PEC, veio o desmonte das políticas públicas e o fim de ministérios estratégicos que ajudaram o Brasil a sair do mapa da fome. Em 2018, o IBGE já apontava que o Brasil estava rumando de volta para o mapa da fome: naquele ano, 10 milhões de pessoas não tinham o que comer. No início do governo Bolsonaro, houve a extinção do Consea,

que causou a desarticulação das organizações, tanto da sociedade civil quanto governamentais, que faziam parte do nosso sistema nacional de segurança alimentar e nutricional. Então, tivemos um agravamento do desmonte de políticas públicas e uma pandemia.

JC - Quais as políticas públicas relacionadas à segurança alimentar que foram desmontadas?

Sá - Principalmente, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA, rebatizado pela gestão atual do governo federal de Programa Alimenta Brasil, PAB).

JC - Como funcionava o PAA?

Sá - O PAA iniciou ainda na primeira gestão do governo (Luiz Inácio) Lula (da Silva, PT, 2002-2010), com o objetivo de garantir a compra da produção de alimentos da agricultura familiar. Os agricultores e agricultoras recebiam o pagamento antes de plantar (alimentos), como uma forma de incentivo. Dentro do

programa, tinha duas modalidades. Uma delas era de doações simultâneas. Ou seja, o agricultor familiar podia mandar os alimentos direto para a rede de assistência social ou creche comunitária mais próxima da sua propriedade. Então, era uma forma de garantir a produção (de alimentos), de fortalecer a agricultura familiar e de entregar comida a quem precisava. É importante lembrar que a agricultura familiar é responsável por 70% dos alimentos que chegam à mesa da população.

JC - E a outra modalidade do programa?

Sá - Era destinada à formação de estoque, operado pela Conab (Companhia Nacional de Abastecimento). A formação do estoque tinha o papel estratégico de ajudar a regular o preço dos alimentos.

JC - Era o que acontecia com o arroz, por exemplo? No período de safra, a Conab estocava grande quantidade; e, nos de baixa produtividade, a companhia

colocava mais arroz no mercado, puxando o preço para baixo...

Sá - Exatamente, pressionava o preço para baixo. Inclusive, em 2014, a FAO reconheceu o PAA como um dos principais programas que ajudaram o Brasil a sair do mapa da fome.

JC - O que mudou nessa política pública ao longo do tempo?

Sá - Em 2013, o ex-juiz Sergio Moro (União Brasil) começou uma investigação em Curitiba sobre o PAA (dentro da Operação Agro-Fantasma, que não conseguiu provar os supostos desvios no PAA; até 2019, todos os acusados julgados haviam sido inocentados em primeira instância). Em 2014, por meio da intervenção da Justiça, começa a diminuição de investimentos públicos nesse programa. De 2016 para cá, o programa começou a perder investimentos de forma muito drástica. No ano passado, o presidente da República (Jair Bolsonaro, PL) extinguiu o PAA, substituindo-o pelo Programa Alimenta Brasil.

JC - O que mudou, na prática?

Sá - (O PAB) tem outro viés. Ele não pensa na estratégia da formação de estoque, nem na estratégia de integrar os programas sociais com a produção de alimentos da agricultura familiar. Ele simplesmente foca na assistência mais pontual e emergente. O PAB está mais voltado para o assistencialismo do que para as estratégias integradas. Transformou uma política pública em caridade, lamentavelmente.

JC - E o Pnae?

Sá - O Pnae existe há mais de 50 anos e, ao longo do tempo, foi fortalecido. Em 2009, ele sofreu uma alteração na sua legislação. Entre as mudanças, estava a autonomia para os nutricionistas elaborarem o cardápio nas escolas e a compra mínima de 30% de alimentos produzidos pela agricultura familiar. Essa medida fortaleceu a agricultura familiar. O II Inquérito da Insegurança Alimentar mostra que a má gestão do Pnae é um dos motivos que fez a fome aumentar no Brasil.

JC - Muitas crianças buscam as principais refeições na escola. Como ficou o Pnae na pandemia?

Sá - No primeiro ano da pandemia, quando as escolas gaúchas estavam fechadas, e as crianças e adolescentes tendo aula de modo remoto, o Consea-RS foi o primeiro conselho brasileiro a enviar um documento para o Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), solicitando a realocação dos recursos do Pnae durante a crise sanitária. Em vez de pratos de

comida nas escolas, pedimos que o dinheiro do Pnae fosse aplicado em kits de alimentação para as famílias das crianças e dos adolescentes. Outros conselhos do Brasil também entraram nessa campanha, diversas organizações da sociedade civil... até que conseguimos que a Câmara aprovasse essa alteração. Então, rapidamente, pela urgência da pandemia, o FNDE autorizou que os estados e municípios utilizassem os recursos do Pnae dessa maneira.

JC - Os kits de alimentação são cestas básicas?

Sá - Sim, cestas básicas para as famílias usarem em casa, já que os alunos estavam tendo aula remota. E a compra das cestas básicas deveria garantir o mínimo de 30% de produtos produzidos pelos agricultores familiares. Dessa forma, a agricultura familiar também seria beneficiada, visto que ela estava perdendo mercado na pandemia.

JC - No RS, o governo recebeu críticas até de aliados por não ter dado o auxílio necessário aos pequenos agricultores. O Consea-RS acompanhou a aplicação dos recursos do Pnae aqui?

Sá - No primeiro ano da pandemia, recomendamos ao governador Eduardo Leite (PSDB, 2019-março de 2022) que fizesse a compra de cestas básicas, priorizando os 30% da agricultura familiar. Se pudesse, que ampliasse mais esse percentual. O governo não só não comprou, naquele período, nada da agricultura familiar, como também utilizou cerca de R\$ 26 milhões do FNDE para uma compra única de uma grande rede atacadista. A compra foi feita sem licitação, porque a situação de emergência do Estado permitia isso. Mas boa parte dos alimentos era ultra-processada, com excesso de açúcar. Ou seja, não recomendado pelo guia alimentar para a população brasileira. Chegou-se a enviar para as aldeias indígenas salsicha em lata. Então, fizemos uma denúncia junto aos órgãos fiscais, ao FNDE, ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público. A partir daí, o governo passou a mudar esse perfil e a comprar da agricultura familiar. Em 2021, (o Consea) tinha uma expectativa que o governo aumentaria a cota da agricultura familiar. Mas o conselho descobriu que R\$ 26 milhões, recursos do governo federal destinados exclusivamente para o Pnae, não foram utilizados. O fato de esse recurso ter ficado um ano parado foi um dos fatores que agravou a situação de fome no Rio Grande do Sul.